



**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**  
**DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS**



**JOSÉ REGINALDO ALENCAR BARRETO**

**CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DAS CRIANÇAS E**  
**ADOLESCENTES TRABALHADORAS DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-**  
**PARANÁ.**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**CURITIBA**

**2010**

**JOSÉ REGINALDO ALENCAR BARRETO**



**CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DAS CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES TRABALHADORAS DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-  
PARANÁ.**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal, na Pós Graduação em Ensino de Ciências, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus* Curitiba.

Orientador: Prof. Moisés Francisco Farah Junior

**CURITIBA**

**2010**



---

## TERMO DE APROVAÇÃO

Características Sócio-Econômicas das Crianças e Adolescentes Trabalhadoras do  
Município de Goioerê - Paraná.

Por

**José Reginaldo Alencar Barreto**

Esta monografia foi apresentada às 07:30 h do dia 10 **de Dezembro de 2011** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Curitiba. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho .....

---

Prof<sup>o</sup>. Moisés Francisco Farah Junior  
UTFPR – *Campus* Medianeira  
(orientador)

---

Prof<sup>a</sup> Maria Lucia F. G. Meza  
UTFPR – *Campus* Medianeira

---

Prof .....  
UTFPR – *Campus* Curitiba

À minha filha Ana Carolina Maia Barreto: amiga,  
parceira, confidente, amorosa, leal, e por saber ser  
paciente em minhas ausências.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus. Alfa e Ômega; Princípio e Fim, autor da história da humanidade, Rei e Pai. Por ter me concedido o dom da vida, e a graça de ter fé, esperança e amor e também por me permitir conquistar meus sonhos...

Aos meus pais Alencar e Rose... Que sempre souberam conduzir nossa família com dignidade, justiça e fraternidade, e pelo amor incondicional que sempre demonstraram.

A meu orientador professor Moisés Francisco Farah Junior, pela orientação, dedicação, incentivo, carinho e cobrança... Meu muito obrigado.

Agradeço às tutoras presenciais Olenir e Marcela pela paciência e dedicação, e aos tutores a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grato a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Para tudo há um tempo, para cada coisa há um momento debaixo dos céus  
Tempo para nascer, e tempo para morrer,  
Tempo para plantar, e tempo para arrancar o que foi plantado;  
Tempo para matar, e tempo para sarar;  
Tempo para demolir, e tempo para construir;  
Tempo para chorar e tempo para rir”.  
(Eclo 3,1-3)

## RESUMO

Há uma ansiedade mundial com relação aos resultados do trabalho infantil e sua representatividade sobre a renda e o nível educacional da criança e do adolescente. Este estudo objetiva apresentar características sócio-econômicas do trabalho infanto-juvenil de Goioerê-Pr.. Foi realizada uma análise estatística descritiva utilizando como base de dados o Censo Demográfico 2000 realizado e implementado pelo IBGE, o qual apresenta que a PEA de Goioerê é formada por 14.168 indivíduos, e deste total 1.427 tem idade entre 10 e 17 anos. Para as crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, a maioria possui de 5 a 8 anos de estudo e pertencem a famílias com renda per capita de dois salários mínimos, e 49,26 % trabalham e não são remuneradas e 39,06% não possuem carteira assinada e 83,54% pertencem a famílias em que o chefe possui menos de 4 anos de estudo. Porém, para os adolescentes de 15 a 17 anos 87,08% estavam trabalhando em ocasião da pesquisa, 3,24 % são analfabetos, que dos adolescentes nesta faixa etária residentes na zona urbana 80,04% trabalham que apenas 9,79% pertencem a famílias cuja renda per capita é de três salários mínimos, 48,14% destes adolescentes trabalham e não possuem carteira assinada, 15,20% são de famílias em que o chefe possui mais que oito anos de estudo. A grande preocupação é que o trabalho exercido por crianças e adolescentes só poderá ser extinto quando políticas de transferência de renda e educação atingirem a família como um todo, necessário para o exercício da cidadania em função de um mundo melhor.

**Palavras-chave:** Renda; Criança; Adolescente; Trabalho Infantil

## ABSTRACT

There is a worldwide anxiety about the results of child labor and their representation on income and educational level of children and adolescents. This study aims to present socio-economic impacts of child labor in Goioerê-Pr. We performed a descriptive statistical analysis using as database the Census conducted in 2000 and implemented by the IBGE, which shows that labor force is comprised of Goioerê 14,168 individuals, and this total is 1,427 aged 10 to 17 years. For children and adolescents aged 10 to 14 years, most have five to eight years of study and belong to families with per capita income of two minimum wages, and 49.26% working and are not paid and not 39.06% have a formal contract and 83.54% belong to families where the head has less than 4 years of study. However, for adolescents aged 15 to 17 years 87.08% were working at the time of the survey, 3.24% are illiterate, that adolescents in this age group residing in urban areas 80.04% 9.79% work only belong from families whose income per capita is three times the minimum wage, 48.14% of adolescent work and have no formal contract, 15.20% are from families where the head has more than eight years of study. The major concern is that the work done by children and adolescents may be terminated only when the income transfer policy and education to reach the family as a whole, required for the exercise of citizenship because of a better world.

**Keywords:** Income, Child, Adolescent, Child Labor

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número e percentual da população de Goioerê segundo a faixa etária....	30
Tabela 2: Valor e percentual do PIB a preços básicos de Goioerê segundo o ramo de atividade.....	31
Tabela 3: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M).....	32
Tabela 4: Número e Percentual da PEA de Goioerê, segundo a faixa etária.....	33
Tabela 5: Número e percentual da PEA de Goioerê segundo o sexo.....	33
Tabela 6: Número e percentual da PEA de Goioerê segundo a área.....	34
Tabela 7: Número e percentual da PEA de Goioerê, segundo o fato de estar trabalhando ou não .....	34
Tabela 8: Número e percentual de ocupação da PEA de Goioerê segundo a atividade econômica.....	36
Tabela 9: Número e percentual da PEA do município de Goioerê, segundo a remuneração (em salários mínimos) recebida.....	36
Tabela 10: Número e percentual da PEA de Goioerê, segundo a renda recebida (trabalho ou não).....	37
Tabela 11: Número e percentual da PEA do município de Goioerê, segundo os anos de estudo.....	38
Tabela 12: Percentual de analfabetismo do município de Goioerê, segundo as faixas etárias.....	39
Tabela 13: Número de Matrículas na educação básica em Goioerê.....	39

Tabela 14: Corpo Docente e Estabelecimentos de Ensino na Educação Básica.....	40
Tabela 15: Número e percentual da PEA de Goioerê – Separada por maiores e menores de idade.....	41
Tabela 16: Número e percentual da PEA de Goioerê, segundo a faixa etária e o fato de trabalhar ou não.....	42
Tabela 17: Número e percentual das crianças e adolescentes trabalhadores do município de Goioerê, segundo os anos de estudo.....	42
Tabela 18: Número e percentual de crianças e adolescentes que trabalham no município de Goioerê de acordo com a idade, área e fato de estudar ou não.....	43
Tabela 19: Número e percentual de crianças e adolescentes que trabalham no município de Goioerê de acordo com a idade, área e sexo.....	43
Tabela 20: Número e percentual das crianças e adolescentes trabalhadores do município de Goioerê, segundo a renda per capita da família.....	44
Tabela 21: Número e percentual das crianças e adolescentes trabalhadores do município de Goioerê, segundo a renda mensal.....	45
Tabela 22: Número e percentual de crianças e adolescentes trabalhadores do município de Goioerê, segundo a idade e a posição que ocupa no local de trabalho.....	46
Tabela 23: Número e percentual das crianças e adolescentes trabalhadores do município de Goioerê, segundo a escolaridade do chefe de família.....	46
Tabela 24: Número e percentual de crianças e adolescentes trabalhadores do município de Goioerê, segundo a idade e a relação com o responsável pela família.....	47

Tabela 25: Número e percentual de crianças e adolescentes trabalhadores do município de Goioerê, segundo a idade e a cor.....	47
---	----

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Percentual de população Ocupada (PO) do município de Goioerê.....35

Gráfico 2: Percentual da População Goioerense de acordo com a Raça/cor.....37

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 – REFERENCIAL TEÓRICO: O MERCADO DE TRABALHO INFANTO-JUVENIL.....	13
2 – BASE DE DADOS E METODOLOGIA .....	28
2.1 Base de Dados.....	28
2.2 Metodologia.....	28
3 – O MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E SUAS CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS.....	30
4 – CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ – PARANÁ.....	42
CONCLUSÕES.....	50
REFERÊNCIAS .....	52

## INTRODUÇÃO

Este estudo remete a uma questão emergencial relacionada ao conseqüente distanciamento de crianças e adolescentes do ambiente escolar em decorrência de seu envolvimento com algum tipo de atividade profissional. A exploração do trabalho infantil tem sido estudada e analisada por diversos pesquisadores, pois a percepção em torno dos efeitos do trabalho infantil são cruéis e negativos na vida futura da criança e do adolescente.

Para Hilbig (2004), o trabalho infantil é tão velho como a história do Brasil, ou seja, não é um fenômeno recente, desde então, crianças e adolescentes são explorados, e tem sua infância interrompida e seus direitos violados, muitos abandonam a escola e engajam-se em qualquer tipo de trabalho.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1999), no que diz respeito à exploração do trabalho infantil, aponta que existem aproximadamente três milhões de crianças brasileiras menores de 14 anos trabalhando em vários setores da economia.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2003 relata a dificuldade de mensurar a proporção do trabalho infantil em diversos países do mundo. Segundo a OIT (1995), apesar de condenável e proibido por lei, há quem justifique a necessidade do trabalho infantil. Porém, os argumentos freqüentemente usados para justificar essa prática são refutáveis.

O trabalho realizado por crianças e adolescentes não configura em aprendizado para uma vida de profissional de sucesso, nem o qualifica na vida futura, sendo dispensável como mecanismo de promoção social. O tipo de trabalho que crianças e adolescentes praticam, diariamente, mecânico, impede-as de realizar atividades apropriadas à sua idade (OIT, 2005).

Os dados da (PNAD) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (1999) apontam que num total de 32 milhões de crianças e adolescentes brasileiras com idade entre 5 e 14 anos, havia quase 3 milhões trabalhando, o que representa 9% da população nesta faixa etária. Desses 9%, quase 400 mil crianças entre 5 e 9 anos de idade trabalhavam durante a pesquisa.

Mais uma vez, devido à falta de dados comprovados, pode-se afirmar com certa tranqüilidade que esses números são ainda menores que a realidade. Acredita-se que estes números são maiores do que os apontados na pesquisa, isto

porque, segundo a PNAD (1999), não há dados do norte rural (exceto de Tocantins), onde se sabe que há um alto percentual de trabalho infantil (KASSOUF).

Este é o caso, por exemplo, do município de Goioerê-Paraná, por existir um número considerável de jovens entre, 10 a 17 anos, inseridos no mercado de trabalho, mesmo contrariando as leis vigentes sobre o assunto.

Portanto, o objetivo deste estudo consiste em analisar as características sócio-econômicas do trabalho infanto juvenil no município de Goioerê, verificando sua relação com a escolaridade e renda familiar.

Para atingir o objetivo proposto optou-se por dividir este estudo em quatro capítulos. O primeiro capítulo relata o histórico sobre a exploração do trabalho realizado por crianças e adolescentes e descreve também as legislações e alguns programas de combate à erradicação do trabalho infantil.

No segundo capítulo encontra-se a metodologia usada na pesquisa e base de dados que traz um pequeno histórico do Censo Demográfico e os conceitos que o definem. O capítulo terceiro consiste em apresentar o município de Goioerê/PR e suas características. Por fim, o quarto capítulo descreve as características sócio-econômicas das crianças e dos adolescentes de Goioerê-PR, que é a essência deste trabalho.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO: O MERCADO DE TRABALHO INFANTO-JUVENIL

Cronologicamente o trabalho infantil, no Brasil vem sendo observado desde o seu descobrimento, onde crianças estavam desenvolvendo funções de marinheiros na frota de Pedro Álvares Cabral; tais crianças eram chamadas de “pequenos grumetes”, ou seja, crianças marinheiras que começam a carreira na armada. (ACHTSCHIN, 2004).

O trabalho infantil no mundo não é um problema atual conforme muitos acreditam, pois há relatos que desde o início dos tempos crianças já executavam alguma atividade laboral; nas Sagradas Escrituras encontram-se relatos de que o jovem Samuel servia ao Senhor no Templo sob as orientações de Eli (SAMUEL II).

Após o surgimento das máquinas houve uma demanda grande de emprego e por consequência disso, famílias inteiras até então desempregadas partiram em busca dessas vagas ofertadas, ocorrendo um grande impacto no processo produtivo tanto na questão econômica como na questão social (ARRUDA, 1998).

Neste processo a Era agrícola deu espaço às indústrias, e o trabalho humano foi substituído pelas máquinas (inicialmente a vapor), este fenômeno impôs novas relações entre os países, gerando o liberalismo econômico, a cultura de acumulação de capital e conseqüentemente o início do Capitalismo que se estende até os dias atuais. Tais inovações tecnológicas aumentaram a velocidade dos processos de transformações da matéria-prima. Essas máquinas automatizadas foram responsáveis por esse tipo de melhoria. Contudo com a aceleração desse processo e redução de custos, as máquinas também transformaram as relações de trabalho (ARRUDA, 1998).

Os trabalhadores passaram por um processo de especialização de sua mão-de-obra, e muitos perderam seus empregos, dando espaço para a automatização. A partir desse momento, os trabalhadores que continuavam empregados passaram a não ter mais o valor da riqueza por ele produzida e sim um salário pelo qual era pago para exercer uma determinada função que, muitas vezes, era inferior ao que ele produzia. Nessa época também passou a existir uma nova classe econômica – a burguesia – que possuía um grande acúmulo de capitais e passou a comandar os meios de produção da economia (ARRUDA, 1998).

Devido às péssimas condições de trabalho, os baixos salários incentivaram o aparecimento das primeiras greves e revoltas operárias que, mais tarde, deram origem aos movimentos sindicais. Na época da Revolução Industrial, diversos funcionários eram contratados de regiões distantes, porém, a oferta de emprego não se estendia à família, porém em diversos casos, a renda de um único trabalhador não era suficiente para sustentar sua família, e com isso o restante da mesma se via obrigada a trabalhar para aumentar o rendimento de casa, inclusive às crianças (ARRUDA, 1998).

Altos lucros eram almejados pelos grandes industriais que utilizavam de todos os meios possíveis para aumentar os lucros desejados. Contratar crianças e pagar salários mais baixos admissíveis era mais uma estratégia, pois a elas podia-se pagar uma quantia ainda mais baixa que a paga aos adultos (IANNONE, 1992; PILETTI e PILLETI, 1997).

Os avanços tecnológicos possibilitaram a substituição da mão-de-obra adulta pela infantil, principalmente por exigir o uso de menor força e remuneração inferior.

Tornado supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao adquirir a maquinaria foi a de utilizar o trabalho de mulheres e crianças (MARX, K. 1996, p. 449-450).

O ápice da exploração do trabalho infantil está compreendido entre 1780 e 1830, devido ao grande êxodo rural compreendido nesta época. Assim, com um grande número de indivíduos morando nas cidades, aumentou a oferta de mão-de-obra e, conseqüentemente, reduziu a demanda, aumentando ainda mais o abuso e a exploração do trabalho infantil (ARRUDA, 1998).

De acordo com RISSATO e SABAGGE (2000), crianças abandonadas eram acolhidas pelas paróquias e encaminhadas para as fábricas, pois os operários, conhecendo a verdadeira condição de trabalho, negavam-se a empregar seus filhos, porém devido às necessidades de suas famílias, isso se tornou com o tempo inevitável.

No período da Revolução Industrial, existia uma Legislação que permitia em até 6 horas o trabalho para crianças e adolescentes com idade inferior a 13 anos. Porém, diversos empregadores logravam a legislação através da falsificação de documentos e de atestados (MARX, 1996), ou seja, na

documentação essas crianças apareciam com idade superior a que realmente tinham. Em Birmingham na Inglaterra a exploração do trabalho infantil era tão relevante que na metade do século XIX, nas manufaturas metalúrgicas, era empregado o trabalho de cerca de 30.000 crianças (OIT, 2003).

Ainda existem outras conseqüências da Revolução Industrial, muitas delas negativas, porém algumas positivas, que trouxeram maior conforto à nossa vida. Por outro lado, a questão ambiental (principalmente no que se refere ao aquecimento global) traz à tona a necessidade de se repensar o modo de vida e a relação homem-natureza (ARRUDA, 1998).

Conforme a linha de pensamento capitalista dos empresários, os serviços prestados por crianças passaram a ser solicitados, por observarem que elas eram mais obedientes que os adultos, além de se adaptarem rapidamente ao novo sistema e de serem, também, controlados com mais facilidade contando que, recebiam salários menores (ARRUDA, 1998).

Segundo Marx (1996), as crianças quando inseridas em suas obrigações, as efetuavam com mais rigor, utilizando-se de toda força possível, enquanto os adultos poupavam suas energias o quanto pudessem.

De acordo com os autores IANNONE (1992) e ARRUDA (1998), os operários das fábricas, devido aos maus tratos e as péssimas condições de trabalho, após algum tempo, passaram a reivindicar melhorias em suas condições de trabalho e, principalmente, uma redução da jornada de trabalho para todos. A partir de 1802 os aprendizes ficaram restritos a trabalharem 12 horas e meia por dia e livres de jornada noturna.

Em 1819, foi proibido o emprego de menores de 9 anos nas fábricas de algodão. Desde então, diversas mudanças foram acontecendo até que em 1842, ficou proibido o trabalho de crianças com menos de 10 anos nas minas de carvão (RISSATO E SABAGGE, 2000).

No ano de 1844, as crianças e adolescentes menores de 13 anos passaram a trabalhar 7 horas/dia. Em 1847 esses indivíduos não poderiam trabalhar mais de 5 horas consecutivas sem intervalo para lanche. A partir de 1848, os adolescentes e as mulheres tiveram suas jornadas diminuídas para 10 horas diárias. Apesar disso, essas leis não foram totalmente cumpridas, fazendo-se necessária maior fiscalização e rigidez para fazer valer as conquistas adquiridas, até chegar aos

resultados que se tem hoje em relação ao trabalho infantil (RISSATO e SABAGGE, 2000).

As novas tecnologias, como a invenção de automóveis, dos meios de comunicação de massa, dos eletrodomésticos e computadores, além dos avanços na área da saúde, educação, política e habitação, trouxeram ao mundo moderno o conforto e bem-estar, e, consecutivamente, trouxeram também inúmeros riscos e retrocessos (ARRUDA 1998).

Contudo, não só para a indústria, as crianças eram mãos-de-obra disponíveis; o processo de urbanização, as construções das novas cidades e as novas demandas levaram muitos menores a trabalhar nos setores produtivos da indústria, comércio, agricultura e de serviços. À medida que a economia do país se diversificou abriu-se também espaços nos mais variados setores, para o trabalho de crianças (OIT, 2003).

A exploração do trabalho dessas crianças era facilitada, pois além de ocuparem menos espaço nas embarcações negreiras, ainda tinha necessidade de menos quantidade de água e alimentos, além de brigarem menos. Em relação aos adultos, a expectativa de vida era superior até começarem a perecerem mediante a desnutrição, a doença e os maus tratos. Deste modo, considera-se que descendentes de índios, negros e mestiços configuraram o conjunto de crianças e adolescentes que vieram a ocupar diversos lugares de trabalho no final do século XIX e no começo do século XX (OIT, 2003).

De acordo com o IBGE (1999), uma realidade atribulada no que se diz respeito à exploração do trabalho infantil aponta que existem aproximadamente 3 milhões de crianças brasileiras menores de 14 anos trabalhando em vários setores da economia, torna-se estritamente necessária uma maior informação desta realidade, através de conhecimentos das Leis relativas à mesma, como o Artigo 5º da Lei nº. 8069/90, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde se lê:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (ECA, 1990).

Os dados da PNAD 1999 mostraram que em um total de 32 milhões de crianças e adolescentes brasileiras com idade entre 5 a 14 anos, havia quase 3 milhões trabalhando, o que representa 9% da população nesta faixa etária. Desses 9%, quase 400 mil crianças entre 5 a 9 anos de idade estavam trabalhando durante a pesquisa. Mais uma vez, devido à falta de dados, pode-se afirmar com certa tranquilidade que esses números são menores que os apresentados, pois não há dados do norte rural (exceto de Tocantins), onde sabe-se que há um alto percentual de trabalho infantil (Kassouf 1995).

No Brasil, as Constituições sempre trataram desse tema. A primeira delas foi a Constituição de 1934 que apresentava em seu artigo 121 § 1: “proibição de trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16 e em indústrias insalubres, a menores de 18 anos e as mulheres”.

A partir de então, a matéria incorporou-se definitivamente às nossas Cartas Políticas. No entanto, a Constituição Federal do Brasil em 1988, descreve no inciso XXXIII do artigo 7º “A proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”.

E no artigo 227 § 3º Inciso I: “Idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho”

De acordo ainda com o artigo 227, que se refere à família, a sociedade e o Estado.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão (CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, 1988).

Também no artigo 7º, XXXIII, que regulamenta o trabalho noturno realizado por crianças e adolescentes.

Trabalho noturno e perigos à saúde é proibido para crianças e menores de dezoito anos de idade, enquanto qualquer forma de trabalho, com exceção de estágios e treinamentos está proibida para menores de quatorze anos (CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, 1988).

De acordo com Kassouf (2002), existe uma grande preocupação com relação ao trabalho realizado por crianças e adolescentes e seus efeitos adversos na escolaridade, certas atividades os impedem de estudar ou interferem negativamente no aprendizado, impossibilitando-os de obter em um melhor trabalho e consecutivamente um aumento de renda, mesmo na fase adulta.

Há indicações de que o trabalho não é principal fator que impede as crianças e os adolescentes de estudarem, pois existe uma alta percentagem que não estudam nem trabalham (KASSOUF, 2002), (o estudo não é foco principal deste trabalho), sendo que o mesmo pode ser estudado em trabalhos futuros.

O departamento de estatística da OIT estimou em 120 milhões o número de crianças e adolescentes de 5 a 14 anos trabalhando em tempo integral em países menos desenvolvidos. As maiores estimativas são mostradas na Ásia, na África e na América Latina, enquanto que na Ásia tem a maioria dos trabalhadores infantis em termos absolutos, e a África ocupa o primeiro lugar em termos relativos, com uma em cada três crianças envolvidas em alguma atividade (KASSOUF, 2002).

Na década de 1990, a luta contra o trabalho infantil ganhou grande relevância no Brasil. Nesta época houve a substituição do conceito de proteção do menor pelo conceito de direitos da criança e do adolescente, que seria mencionada em diversos textos legais, mas que foi concretizada no ECA (DI GIOVANNI, 2004).

O ECA valoriza os direitos fundamentais da criança e do adolescente, e como à Constituição Federal, suas estruturas limitam idade mínima para a inserção no trabalho e regulamenta de um modo especial o trabalho dos aprendizes.

Além disso, o ECA também determinou a criação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCAs) e também a criação Conselhos Tutelares, atuando nos âmbitos municipal, estadual e nacional.

Marshall classifica os direitos de cidadania como civis, políticos e sociais. Os direitos da criança e do adolescente, da forma como aparece no mundo contemporâneo entra na categoria dos direitos sociais cuja meta mais importante é a diminuição das desigualdades próprias das sociedades atuais, onde segundo o autor, disponibilizar “os componentes de uma vida culta e civilizada, originalmente monopólio de poucos, (...) ao alcance de muitos” (MARSHALL *apud* DI GIOVANNI, 2004).

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) integra o conjunto de atribuições do Ministério da Justiça, tendo sempre

objetivos em comuns: fortalecer e promover o controle social das políticas públicas em prol da criança e do adolescente (OIT, 2003).

O ECA foi o organismo que possibilitou a implementação das políticas públicas em todas as esferas relacionadas à infância e adolescência, como: saúde, educação, trabalho e assistência social (OIT, 2003).

De acordo com o ECA a criança é aquela pessoa que ainda não completou 12 anos, e adolescente o indivíduo que se encontra na faixa etária de 12 a 18 anos, o Eca diz ainda que com exceção do aprendiz, o trabalho é proibido para os menores de 14 anos.

A lei 10097/2000 permitiu que o Brasil tivesse mais um avanço na regulamentação do trabalho realizado por crianças e adolescentes ao alterar a redação de alguns artigos constantes no capítulo IV da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que dispõe sobre a proteção do trabalho da criança e do adolescente.

Artigo 402: “Considera-se menor para os efeitos dessa consolidação o trabalhador de quatorze até dezesseis anos.”.

Artigo 403: “É proibido qualquer trabalho ao menor de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.”.

Parágrafo Único: “O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola”.

GROOTAERT e KANBUR (1995) *apud* KASSOUF (1995) enfatizam que há dois aspectos básicos que afetam a oferta de trabalho infantil: tamanho da família e renda ou risco gerencial. A criança tem seu tempo distribuído entre a escola, atividade doméstica e o trabalho, de acordo com o tamanho e a estrutura da família, a produtividade do adolescente e dos pais e o grau de substituição entre eles.

Os pais colocam os filhos menores para trabalhar com objetivos de aumentar sua renda e minimizar o risco de interrupção do fluxo contínuo da mesma, causado por perda de emprego, perda de safra agrícola e de outros fatores (KASSOUF, 2000).

A demanda por trabalho infantil, por outro lado, é afetada pela estrutura do mercado de trabalho e tecnologia. Uma das razões pela qual empregadores contratam crianças e adolescentes é elas representarem baixo custo de mão-de-obra. Se os adultos fossem mais produtivos do que os menores e se todos recebessem nada menos do que o salário mínimo estabelecido por lei, os

empregadores iriam preferir contratar adultos e um dado salário, e nesse contexto, uma política de salário mínimo poderia inibir o trabalho infantil (RISSATO E SABAGGE, 2000).

Porém, não se devem esquecer as causas já que a miséria da família é certamente a principal razão da existência desse problema social. Notadamente no caso do trabalho infantil doméstico, “os dados da PNAD apontam que a proporção de trabalhadores deste público cai conforme aumenta a renda dos domicílios” (OIT, 2003, p60). O fato de ser baixo o nível de rendimento obtido com o trabalho infantil doméstico e, pouca a contribuição das crianças trabalhadoras para a renda familiar, não elimina a premissa de que ele ocorre majoritariamente em famílias muito pobre.

A pobreza e a miséria são, sem dúvida, o embasamento do processo da exploração infantil, sobretudo em trabalhos insalubres, e debilitantes. Baixos salários das famílias é o principal fator da inclusão de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Ainda que exista um consenso que a pobreza é um dos fatores que geram o trabalho infantil, esta atitude pode ser ainda amparada pela incidência do trabalho infantil nos países ricos e nos países do terceiro mundo e, ainda, comparada com os estados brasileiros de maior renda e os de menor renda (ALMEIDA, 2010)

Estudos realizados por BARROS, MENDONÇA e VELAZCO (1996), demonstram que a falta de recursos financeiros não elucida a altivez do trabalho infantil nas cidades brasileiras. Analisando dados estatísticos entre os países da América Latina, e regiões brasileiras, os autores divulgam que no Brasil as taxas de trabalho de crianças e adolescentes são mais elevadas em relação a outros países.

Trabalhadores infantis estão submergidos numa teia de relações conflitantes. Pressionados pela necessidade de ajudar o custeio das despesas familiares são inclusos em atividades remuneradas na agricultura. Entretanto, essa atividade os prejudica no desempenho escolar e inviabiliza o sonho de superação da precariedade (MARIN, 2005).

Perante as circunstâncias de miséria e da carência de políticas de inclusão social, a família torna-se a responsável por sua sobrevivência diária, tendo que proporcionar condições mínimas de dignidade. Para gerir as necessidades básicas é preciso que todos os membros da família trabalhem, para abrandar a precariedade atribuída pelos baixos salários, pela inconstância no emprego, (IANNONE, 1992; ARRUDA, 1998).

Segundo a OIT (2005), o trabalho infantil é proibido por lei, porém não é difícil se deparar com quem justifica a sua necessidade. O tipo e qualidade de trabalho exercido por crianças geralmente são rotineiros e mecânicos, o que acabam por impedir que crianças realizem atividades de acordo com sua faixa etária, como participar de atividades acadêmicas, exploração do mundo, brincadeiras, exercícios físicos, entre outros.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos – DIEESE (1997), junto a 1419 crianças trabalhadoras que freqüentam a escola, constatou-se índices alarmantes de repetência na faixa de 64%.

Os investimentos em educação trazem benefícios tanto para o indivíduo que investe em capital humano, como também para aqueles que o rodeiam. No que diz respeito ao indivíduo, se os investimentos na educação forem eficazes, estes futuramente podem elevar seus salários, pois os indivíduos que possuem estudos conseguem empregos melhores; ainda aumentam a sua expectativa de vida, pois conseguem ter mais acesso à saúde, e conseqüentemente reduzem o tamanho de sua família (controle de natalidade) e, aumentam a qualidade de vida, reduzindo a pobreza futura. Trata-se de uma forma de quebrar o círculo de pobreza se ele existir (BARROS et al. 1996).

De acordo com a OIT (2007) o trabalho infantil é fruto da má distribuição de renda em uma sociedade que normalmente se forma através da concentração monetária, onde inúmeros contingentes humanos ficam impossibilitados de satisfazerem suas necessidades básicas, mesmo que essas sociedades se reconheçam constitucionalmente igualitárias.

De outro lado, a falta de educação é uma barreira para a redução da pobreza e da desigualdade social, o que dificulta a mobilidade social, inter e intragerencial. Em virtude das premissas citadas, o mundo se viu obrigado a realizar algo que pudesse findar esse tipo de situação, e em 1919 foi fundada a OIT, com o objetivo de promover a justiça social em todo mundo (OIT, 2007).

Essa organização é a única das Agências do Sistema das Nações Unidas, em que os representantes de empregadores e de trabalhadores têm a mesma voz que os representantes de governos, em 1998 foi adotada a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seus Segmentos,

este documento reafirma a obrigação mundial de respeitar, promover e fazer cumprir os princípios ditos pelas Convenções da OIT (OIT, 2007).

[...] se alguma nação não adotar condições humanas de trabalho, esta omissão constitui um obstáculo aos esforços de outras nações que desejem melhorar as condições dos trabalhadores em seus próprios países (CONSTITUIÇÃO DA OIT).

A OIT tem lançado convenções e recomendações internacionais do trabalho, as quais devem ser adotados por seus estados-membros. As normas estabelecidas defendem sobre liberdade de associação, emprego, política social, condições de trabalho, entre outras (OIT, 2004). Atualmente a OIT, é composta por representantes dos 183 países membros, e tem escritórios de representação instalados em todo o mundo.

No Brasil, a OIT tem mantido representação desde 1950, com programas e atividades que têm refletido os objetivos da Organização ao longo de sua história (OIT, 2004).

Ainda está sendo lenta a diminuição da incidência do trabalho infantil no Brasil. A PNAD de 2004 mostra que havia 2,8 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos trabalhando na semana de referência, sem considerar as atividades domésticas e incluindo a área rural da região norte. No ano de 2005 houve um discreto aumento do trabalho infantil, tendo sido registrado 2,9 milhões de crianças trabalhando. Esse número praticamente fica inerte em 2006. De acordo com os dados coletados da PNAD de 2007, ainda existem 2,5 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos trabalhando ou 6,6% do total nessa faixa etária.

De acordo com a PNAD (2007), os dados apontam que 89,7% das crianças e adolescentes de 7 a 15 anos só estudam, 7% trabalham e estudam, 0,8% só trabalham e 2,5% não trabalham nem estudam, estando nesses 2,5% incluídas as crianças que realizam atividades domésticas dentro do próprio domicílio (1,2%). Analisando estes dados, observa-se que com o passar dos anos a percentagem de crianças que estuda e trabalha vem diminuindo, porém no que se refere às crianças que apenas trabalham esse índice praticamente não se modifica.

Em relação ao gênero, a proporção de meninos trabalhando é maior o que de meninas (exceto no emprego doméstico). Em relação às zonas rurais e

urbanas, ainda é maior o trabalho infantil nas áreas rurais em relação às zonas urbanas (PNAD, 2007).

De acordo com a PNAD (2007), verifica-se que 1.044.000 de crianças e adolescentes de 7 a 15 anos não freqüentavam a escola, sendo que dentre elas, 253 mil trabalhavam na semana de referência da pesquisa e 380 mil não trabalhavam, porém realizavam atividades domésticas.

Ainda de acordo com a PNAD (2007), crianças e adolescentes de 7 a 15 anos trabalham em média 20,1 horas por semana quando estudam e 35,3 horas quando não freqüentam a escola.

O Governo Federal com o intuito de minimizar a exploração do trabalho infantil criou em 2003 no governo do ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o programa de transferência de renda destinado a famílias de baixa renda, intitulado “Bolsa Família”, que permite através de remunerações às famílias, que haja um aumento da freqüência escolar, automaticamente reduzindo o trabalho infantil, este programa atende hoje mais de 400 famílias no município de Goioerê – Pr., porém este estudo se concretizara a longo prazo. <http://www.goioere.pr.gov.br/> acesso em 15/02/2012.

Vários são os fatores que determinam a decisão dos pais ou dos próprios adolescentes de substituir o trabalho pela escola, a qualidade da escola é um enorme atrativo, porém as barreiras econômicas devem ser abolidas de vez, como por exemplo, os custos com uniformes, materiais, assim como o custo de oportunidades. As transferências monetárias são de extrema relevância para a diminuição do trabalho infantil, pois, em diversas residências, a renda dessas crianças se faz necessária para suprir até mesmo as necessidades mais básicas de uma família. (SOUZA, 2007).

Souza, (2007) afirma ainda que atualmente em várias famílias a única renda que se tem é exatamente a de ajuda governamental. Em virtude dessa realidade, programas de pesquisas apontam que o benefício recebido pelas famílias resultou em um aumento relevante na freqüência escolar, porém a redução do trabalho infantil não foi tão expressiva, uma vez que muitas crianças ainda trabalham conciliando com os estudos.

O trabalho precoce de crianças e adolescentes interferem diretamente em seu desenvolvimento físico, porque ficam expostas a riscos de lesões,

deformidades físicas e doenças, muitas vezes superiores às possibilidades de defesa de seus corpos (LIMA, 2002).

A criança, quando exposta precocemente ao trabalho, pode ter comprometido seu estado emocional e esse comprometimento poderá efetivar lesões à oportunidades de se estabelecer vínculos afetivos, tão necessários para se tem uma vida social equilibrada, já que o trabalho, muitas vezes, afasta-a do convívio com pessoas de sua idade (LIMA, 2002).

Quando inserida no mundo do trabalho, a criança é impedida de viver a infância e adolescência sem ter assegurado seus direitos de brincar e de estudar. Isso dificulta a vivencia de experiência que são fundamentais para seu desenvolvimento comprometendo seu bom desempenho escolar, que é uma condição cada vez mais necessária para a transformação dos indivíduos em cidadãos capazes de intervir na sociedade de maneira critica, responsável e produtiva (LIMA, 2002).

O combate ao trabalho infantil continua sendo um grande desafio no Brasil. Em virtude disso, existem atualmente além das Convenções e Normas, e programas de cunho internacional que procuram fiscalizar e lutar para a erradicação do trabalho infantil. (OIT, 2006)

Foi criado na Alemanha, em 1990, o Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC). O Governo alemão então, escolheu seis países para o plano piloto, disponibilizando a eles 10 milhões de marcos alemães ao ano, os países apontados foram: Brasil, Índia, Indonésia, Tailândia, Quênia e Turquia. (OIT, 2006)

Desde então o IPEC tornou-se o maior programa mundial que visa o combate ao trabalho infantil. Atualmente de acordo com a OIT (2006), esse programa é realizado em 86 países

Ainda segundo a OIT (2006), na década de 1920, 40% da mão-de-obra da indústria têxtil era composta por crianças e adolescentes. Isso se expandiu ainda mais durante o período de 1989 – 1992 em virtude da crise econômica que o país atravessava nesta época. Tal situação atraiu a atenção do resto do mundo, como as Organizações Não-Governamentais (ONGs), e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2007):

O Brasil, que nos anos sessenta tinha proclamado ser “o país do futuro”, nos anos oitenta era o país que negava um futuro às suas próprias crianças e adolescentes (OIT, 2003).

De acordo com Souza, (2007), em 1996, foi criado pelo governo federal o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). O público alvo deste programa são as famílias em condições precárias de sobrevivência, com filho de 7 a 14 anos, que trabalham em caráter perigoso, insalubre, penoso ou degradante. Utilizando-se principalmente do Bolsa Criança-Cidadã, segundo a OIT (2006), o PETI já atendeu mais de um milhão de crianças e adolescentes com idade entre 9 e 15 anos. Para ser inscrito em tal programa e receber o benefício é necessário que todas as crianças e adolescentes estejam matriculadas na escola e freqüentando atividades no contra turno, com atividades como: esporte, arte, dança e aula de músicas.

A década de noventa foi marcada pelo surgimento, em diversos estados e municípios, dos programas de transferência de renda monetária, criado pelo governo federal como: vale gás, bolsa escola, bolsa alimentação e cartão alimentação que, posteriormente, em 2003, foram substituídos pelo programa bolsa família, uma união de todos esses programas (SOUZA, 2007).

Souza, (2007), relata ainda que os objetivos do programa bolsa família são integrar os programas de transferência de renda nos três níveis federativos, além da unificação dos programas federais já existentes, buscando aumentar o valor dos benefícios transferidos e ampliar e facilitar o acesso a eles. A junção destes programas remete a uma preocupação com a integração e a unificação das políticas nos planos federal, estadual e municipal, pois depende de um trabalho político coordenado entre essas três esferas de governo.

É necessária a observação das diferentes situações que remetem o tema da pobreza no Brasil; e tal deve ser indispensável para que não ocorra o risco de adoção de normas nacionais com baixa aplicabilidade em situações locais e regionais no que diz respeito aos critérios de titularidade, legibilidade e permanência no programa (SOUZA, 2007).

Estes programas foram criados para diminuir a quantidade de crianças e adolescentes inseridas no mercado de trabalho, pois recebendo o auxílio de renda os mesmo deixaram suas atividades, ou pelo menos reduzirão a intensidade em que é praticado e passarão a obrigatoriamente a freqüentar o ambiente escolar (KASSOUF *et al.* 2004).

O UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) foi fundado em 11 de dezembro de 1946, e visa promover o bem-estar social da criança e do adolescente, com base em sua necessidade, sem discriminação de raça, religião, nacionalidade, posição social ou opinião pública (UNICEF, 2007).

No Brasil, o primeiro escritório do UNICEF foi inaugurado em 1950, em João Pessoa, atualmente realiza projetos de educação e programas de inclusão, dando preferência à erradicação do trabalho infantil doméstico, à alfabetização, entre outros. O UNICEF trabalha em simbiose com a Rede Globo de Televisão e a Fundação Roberto Marinho, e realiza, desde 1986, a Campanha “Criança Esperança”, tendo como objetivo maior é arrecadar fundos através de doações de pessoas físicas e jurídicas e divulgar os projetos sociais realizados em todo o país. Tal dinheiro arrecadado serve para subsidiar projetos sociais voltados à criança e ao adolescente (UNICEF, 2007).

Portanto, o trabalho infantil, que era encarado como um problema com propensão a crescer, passou para uma nova fase, na qual vários agentes sociais, dentro e fora do Estado, participam de processos de observação, discussão e intervenção prática (PONILI, 2004).

Esses programas e projetos públicos são direcionados no sentido do resgate e da prevenção dos direitos da criança e do adolescente. Em virtude disso, espaços para reflexão, pesquisa, educação e esporte são construídos visando demonstrar e resolver da melhor forma possível o problema do trabalho realizado por crianças e adolescentes (KASSOUF, 2004).

No programa bolsa família a condicionalidade é imposta somente pela frequência escolar, porém o programa age em um número bem mais alto de casos e municípios, em contrapartida não são eficientes em reduzir o trabalho dos menores, mas seu benefício está em aumentar a frequência escolar (KASSOUF; ALMEIDA; FERRO; PONTILI, 2004).

No Brasil, com a instituição do ECA e da aprovação e confirmação das convenções da OIT em relação à idade mínima de acesso ao trabalho e sobre as formas de trabalho infantil, trouxeram mudanças na forma de como a infância é encarada, sob o ponto de vista legal e institucional.

## **2 BASE DE DADOS E METODOLOGIA**

### **2.1 Base de Dados**

Este estudo se baseia na análise dos dados estatísticos do Censo Demográfico de 2000 realizado pelo IBGE, porque quando foi realizado esta pesquisa o IBGE não havia publicado os resultados do Censo 2010.

A primeira contagem da população do Brasil foi realizada em 1872, ainda durante o Império; porém, foi após o ano de 1890, já sob a República, que o Censo Demográfico se tornou decenal. O Censo Demográfico 2000 segue os princípios normativos determinados na Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968, onde, as informações são confidenciais e obrigatórias, destinam-se exclusivamente a fins estatísticos e não podem ser objeto de certidão e nem ter eficácia jurídica como meio de prova (IBGE).

A coleta do Censo de 2000 foi realizada no período agosto a novembro do mesmo ano e que abrangeu 215.811 setores censitários em todo o país. O Brasil foi ainda, o primeiro país a adicionar questões sobre a fecundidade e um dos poucos da América Latina a abranger na pesquisa o rendimento.

No planejamento do Censo Demográfico 2000 foram consideradas as recomendações de organismos internacionais e a experiência dos Órgãos Nacionais de Estatística de diversos países.

O Censo mobilizou mais de 200 mil pessoas durante a pesquisa em 265.618 residências dentro dos 5.507 municípios brasileiros.

Os resultados definitivos foram publicados em Dezembro de 2000, com a apresentação do total da população dividida por sexo e situação do domicílio e a taxa geométrica de crescimento anual, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios. Realizou também dados comparativos com os recenseamentos realizados nos anos de 1980 e 1991 e com a Contagem de População, executada no ano de 1996.

### **2.2 Metodologia**

Para atingir o objetivo proposto, este estudo fez uso da estatística descritiva, a qual segundo Silva *et al.* (1999) é a parte da estatística que tem como

intuito a descrição de um conjunto de dados que tenham sido coletados a partir de um censo ou uma estimacão. Neste caso, far-se-á uma análise estatística descritiva de gráficos e tabelas que pretendem caracterizar as condições do mercado de trabalho de Goioerê e, mais especificamente, do trabalho de crianças e adolescentes.

### **3 O MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E SUAS CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS.**

Foi do povo aguerrido que fugia do processo de colonização jesuítico que Goioerê herdou seu nome, que se refere às águas limpas encontradas por toda bacia do Vale do Rio Piquiri, sob as coordenadas geográficas de Latitude 24 graus, 11 minutos e 06 segundos e Longitude 53 graus, 01 minuto e 40 segundos W-GR. Goioerê localiza-se na região Noroeste do Estado do Paraná há 70 km da cidade de Campo Mourão e há 530 km da Capital do Estado Curitiba (IPARDES, 2009).

Os índios Caingangues viviam da terra roxa, encaroçada, mista de primeira. Dentre as riquezas ofertadas pela natureza como os palmitais, clima ameno e água abundante “eles comiam larvas de insetos, baratas e besouros que proliferavam nos troncos de taquaras e palmeiras” (PAZ JUNIOR, 2005).

Com a chegada dos pioneiros em Goioerê por volta de 1943, as primeiras fazendas de café foram criadas, sendo este produto o mantenedor da economia do município, não só de Goioerê, mas de Janiópolis, Moreira Sales e Formosa do Oeste por quase 20 anos (PAZ JUNIOR, 2005).

Em 1953, Goioerê tornou-se Distrito Administrativo de Campo Mourão e o movimento comercial aumentou rapidamente. Com a primeira safra de café, o espírito político começava a tomar corpo e foi graças à força política dos Scarpari que proporcionou a emancipação desta cidade (PAZ JUNIOR, 2005). De acordo com o Diário Oficial (1955) publicado em 13 de agosto, concede a emancipação de Goioerê, desmembrado-o do município de Campo Mourão, conforme decreto de Lei Estadual nº. 48-55. Porém, há uma divergência em relação à informação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2009), onde o diz ter sido em 14 de dezembro de 1956 que Goioerê desmembra-se de Campo Mourão.

O município de Goioerê está situado geograficamente em uma região privilegiada, pois se localiza entre Campo Mourão e Cascavel, unindo as rodovias paranaenses mais importantes e fazendo parte da rota Mercosul, dando ao município uma grande quantidade de produtos diversificados e gerando um comércio que pode apresentar preços finais mais reduzidos, e ainda incentiva a indústria local e melhora na saída da produção agrícola proporcionada por esta rota.

O Censo Demográfico (2010) mostra que a população do município de Goioerê é de 29.018 habitantes, sendo 14.006 do sexo masculino e 15.012 do sexo feminino, chegando a um total de 1.006 mulheres a mais que os homens. Embora a economia do município seja de características agrícolas a grande maioria da população reside na zona urbana, sendo 25.242 pessoas e apenas 3.776 na zona rural (IBGE, 2010).

Com o intuito de conhecer as características da população goioerense, a tabela 1 apresenta a distribuição demográfica de acordo com a faixa etária. Percebe-se que o número mais elevado da população está compreendido na faixa etária de 20 a 59 anos, composta pela a população adulta, sendo 56,05% da população total, o que equivale à 16.277 indivíduos, sendo mais da metade da população total do município. O restante da população está distribuída em: 3.874 crianças de 0 a 09 anos que representam 13,50% da população; 4.961 são crianças e adolescentes que estão na faixa etária de 10 a 19 anos e que equivalem a 17,00% do total e 3.906 indivíduos representam o grupo denominado “terceira idade”, ou seja, indivíduos que estão acima de 60 anos (IBGE, 2010).

**Tabela 1: Número e percentual da população de Goioerê segundo a faixa etária.**

Faixa Etária	Total	%
De 0 a 09 anos	3.874	13,50
De 10 a 14 anos	2.474	8,50
De 15 a 19 anos	2.487	8,55
De 20 a 29 anos	4.625	15,90
De 30 a 39 anos	4.198	14,45
De 40 a 59 anos	7.454	25,65
> 60 anos	3.906	13,45
<b>TOTAL</b>	<b>29.018</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Censo Demográfico/2010.

A densidade demográfica é uma medida expressa em quilômetros quadrados pela relação entre a população e a superfície do território, geralmente aplicada a seres humanos, mas também pode ser aplicadas em outros seres vivos. O município de Goioerê possui uma densidade demográfica de 51,17 habitantes por quilômetro quadrado. Mostra-se com este número que há uma habitação bastante intensa em Goioerê (IPARDES, 2.011).

Singer (2002) afirma que:

O crescimento demográfico da cidade torna-a, por sua vez, um mercado cada vez mais importante para bens e serviços de consumo, o que passa a constituir um fator adicional de atração de atividades produtivas que, pela sua natureza, usufruem de vantagens quando se localizam junto ao mercado de seus produtos” (SINGER, 2002, pg. 32).

Nesta pesquisa também foi possível constatar que o município de Goioerê possui um grau de urbanização de 86,99%, caracterizando um município com percentagem da população da área urbana maior do que a da área rural. Este indicador é calculado de acordo com o percentual da população residente em área urbana dividido pela população total (IBGE, 2010).

Em relação à participação dos setores de atividades para o Produto Interno Bruto (PIB<sup>1</sup>) total do município, pode-se analisar pela tabela 2 que no ano de 2010 o PIB foi de R\$ 297.744 milhões, tendo sua concentração maior no setor terciário (70,38% do total). Tal setor é responsável pela prestação de serviços e pelo comércio, sendo este valor de R\$ 209.559 milhões. A indústria se destaca com 15,27% do PIB, num valor total de R\$ 45.473 milhões. A agricultura é responsável pela percentagem de 14,35%, sendo este valor de R\$ 42.712 milhões.

**Tabela 2: Valor e percentual do PIB a preços básicos de Goioerê segundo o ramo de atividade\*.**

Ramos de Atividades	Valor (milhões)	%
Agropecuária	42.712	14.35
Indústria	45.473	15.27
Serviços	209.559	70.38
Total	297.744	100,00

Fonte: IBGE/2010

Para se obter a renda per capita divide-se o valor do PIB pela população residente, de acordo com o IBGE (2005) a renda per capita de Goioerê é R\$ 9.058,00, que, mesmo estando a baixo da renda per capita nacional que é de R\$ 10.520,00 (PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- 2005), seria suficiente para garantir qualidade de vida adequada a toda a população de Goioerê, porém, a pobreza é uma realidade no município.

<sup>1</sup>Produto Interno Bruto representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região (qual seja, países, estados, cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc.) isso de acordo com a ótica da renda é a soma de toda renda gerada na economia em um determinado período. Além disso, o PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia (BLANCHARD, 2004, p.22).

Com a finalidade de estimar o nível de desigualdade de uma estrutura e distribuição de renda, existem no Brasil diversos índices que se destinam a esta tarefa. O Coeficiente de Gene<sup>2</sup>, por exemplo, é um indicador que mensura o grau de concentração de renda do país. Goioerê apresentou um valor de 0,580 (IPARDES, 2009). Isso significa que, como o coeficiente de Gini varia entre 0 (perfeita igualdade de renda) e 1 (desigualdade máxima de renda), tem-se um valor que indica média concentração de renda no município.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é uma importante unidade de medida, sendo o mais adequado para avaliar as condições de núcleos sociais menores. Este índice mede o nível de desenvolvimento humano a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). Seus valores variam de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). O IDH-M de Goioerê é de 0,746, este índice representa que o município de Goioerê possui um desenvolvimento humano médio, conforme tabela 3 (IPARDES, 2009).

**Tabela 3: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) - 2000**

Informação	Índice	Unidade
Esperança de vida ao nascer	66,30	anos
Taxa de alfabetização de adultos	86,17	%
Taxa bruta de freqüência escolar	89,17	%
Renda per capita	227,61	R\$ 1,00
Longevidade (IDHM-L)	0,688	
Educação (IDHM-E)	0,872	
Renda (IDHM-R)	0,679	
IDH-M	0,746	
Classificação da Unidade da Federação	177	

Fonte: IparDES 2000

A partir dos resultados obtidos pelo Censo Demográfico realizado em 2000, o qual pesquisa as peculiaridades sócio-econômicas da população, é possível

<sup>2</sup> O coeficiente de Gini define o grau de desigualdade de uma estrutura de distribuição de renda. Ele é calculado a partir da área formada pela curva de Lorenz e a linha de perfeita igualdade. Comparando-se essa área com a de plena desigualdade, define-se um coeficiente que varia de zero à um. ROSSETI-18ª edição, p.271, 2000.

caracterizar a População em Idade Ativa (PIA), sua classificação etária compreende o conjunto de pessoas aptas a exercerem uma atividade econômica. No Brasil faz parte da PIA todo indivíduo com dez anos ou mais, embora exista a Constituição Federal, ECA e outras leis que proíbem o trabalho de crianças e adolescentes com idade inferior a 14 anos.

O mercado de trabalho é movimentado pela PEA<sup>3</sup>, ou seja, pelas pessoas que exercem alguma atividade econômica ou produtiva. De acordo com o IBGE (2000) a PEA de Goioerê é composta por 14.168 indivíduos, conforme indicado na tabela 4, sendo mais expressiva na faixa etária entre 25 e 44 anos que equivale 47.62% do total. Porém, observa-se também, que 2.24% da PEA é composta por crianças e adolescentes com idade entre 10 e 14 anos, este percentual aumenta para 7.84% nos adolescentes com faixa etária de 15 a 17 anos.

**Tabela 4: Número e Percentual da PEA de Goioerê, segundo a faixa etária 2000.**

Idade	Total da PEA	%
10 a 14 anos	317	2.24
15 a 17 anos	1.110	7.83
18 a 24 anos	2.740	19.34
25 a 44 anos	6.747	47.62
45 a 60 anos	2.685	18.95
> 60 anos	569	4.02
Total	14.168	100.00

Fonte: Censo Demográfico/2000.

Analisando ainda a PEA de Goioerê, é possível perceber na tabela 5 que 59,18% dos indivíduos são do gênero masculino, sendo este valor correspondente a 8.385, e 40,82%, ou seja, 5.783 são compostas por indivíduos do gênero feminino.

**Tabela 5: Número e percentual da PEA de Goioerê segundo o gênero 2000.**

Sexo	Total da PEA	%
Masculino	8.385	59.18
Feminino	5.783	40.82
Total	14.168	100.00

Fonte: Censo Demográfico/2000.

<sup>3</sup> Fazem parte da PEA o conjunto de pessoas que estavam trabalhando ou estavam em férias, no período de referência da pesquisa. Porém não se classifica como ocupada o indivíduo que se encontrava em longos períodos de afastamento do trabalho remunerado, e os ocupados podem ser classificados como: empregados, trabalhadores por conta própria, empregadores e pessoas que trabalharam sem remuneração em ajuda a membros da unidade familiar (CHAHAD, 1998, p. 408).

Dando seqüência as análises, verifica-se que na tabela 6, que a maioria absoluta 86,43% reside na zona urbana o que equivalente a 12245 indivíduos, enquanto que apenas 13,57% pertence à zona rural equivalendo a 1923 pessoas.

**Tabela 6: Número e percentual da PEA de Goioerê segundo a área 2000.**

Área	Total	%
Rural	1.923	13,57
Urbana	12.245	86,43
Total	14.168	100,00

Fonte: Censo Demográfico/2000.

O fato de fazer parte da PEA não significa necessariamente que o indivíduo esteja trabalhando, pois, fazem parte da PEA os pensionistas, os aposentados, as pessoas que na ocasião da pesquisa estivessem de férias. De acordo com a tabela de número 7 do total da população que exerce alguma atividade produtiva, 84,43% declararam-se trabalhadores, sendo este valor de 11962 indivíduos e 15,57% declararam que não trabalham, sendo 2206 indivíduos.

**Tabela 7: Número e percentual da PEA de Goioerê, segundo o fato de estar trabalhando ou não 2000.**

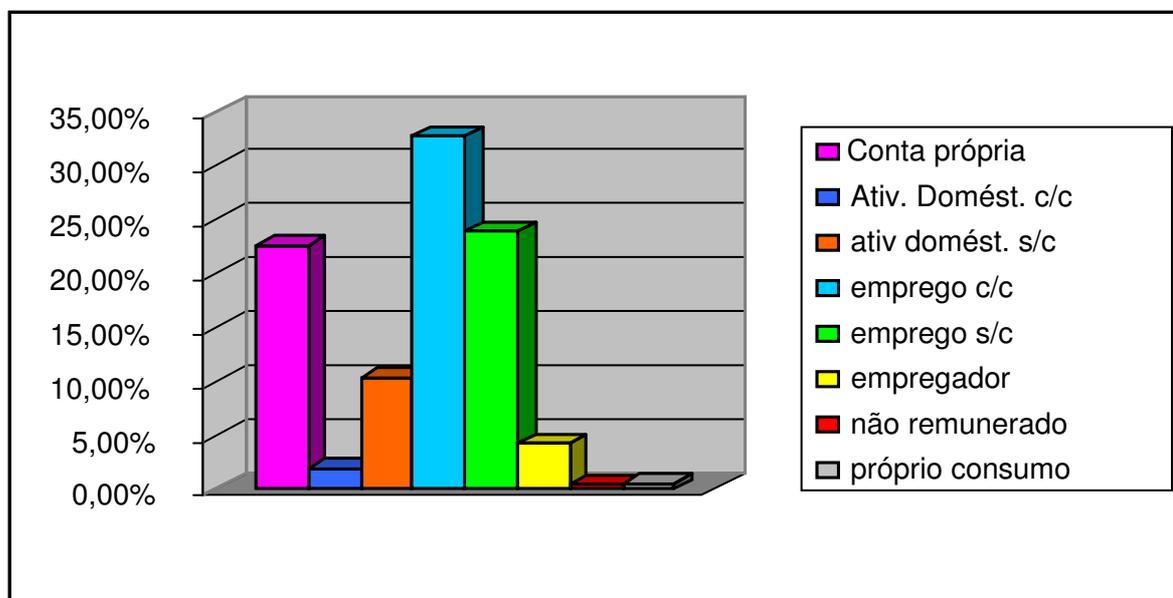
Trabalha	Número	%
Sim	11.962	84,43
Não	2.206	15,57
Total	14.168	100,00

Fonte: Censo Demográfico/2000.

A partir do exposto acima, é necessário analisarmos como a População Ocupada (PO) do município de Goioerê está dividida em relação à forma de ocupação dos trabalhadores.

De acordo com o gráfico 1, observa-se que do total da população ocupada (PO); 22,63% são indivíduos que trabalham por conta própria; os trabalhadores que realizam atividades domésticas com carteira assinada correspondem a 1,88%; da população que exerce atividades domésticas sem carteira assinada correspondem a 10,34%; os empregos com carteira assinada correspondem a 32,79%; este percentual cai para 23,96% para os trabalhadores sem carteira; 4,17% fazem parte da PO sendo empregadores.

As pessoas que trabalham e não possuem remuneração fazem parte de 3,39% da população ocupada e os que trabalham pra subsistência são 0,47% do total da população ocupada do município.



**Gráfico 1: Percentual de população Ocupada (PO) do município de Goioerê.**

Fonte: Censo Demográfico/2000.

Segundo o gráfico 1 pode-se perceber o número de pessoas que se encontram na informalidade, ou seja, os indivíduos que não possuem carteira assinada, que trabalham por conta própria, os não-remunerados e os que trabalham para seu próprio consumo e 60,79% possuem empregos informais.

Em relação à ocupação segundo a atividade econômica no município de Goioerê, nota-se, pela tabela 8 que 20,99% da população ocupada trabalha nas áreas ligadas ao comércio, em especial a prestação de serviços de reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos.

Em segundo lugar está a agricultura que se divide em: pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca que ocupam 16,73% da população. Outra atividade que merece destaque é a indústria de transformação, o percentual de ocupação de 12,20%. O número de pessoas ocupadas com serviço doméstico também é significativo, 12,22%.

**Tabela 8: Número e percentual de ocupação da PEA de Goioerê segundo a atividade econômica 2000.**

Atividades econômicas	Pessoas	%
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	2.001	16,73
Indústria extrativa, distribuição de eletricidade, gás e água	30	0,25
Indústria de transformação	1.459	12,20
Construção	938	7,85
Comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos	2.510	20,99
Alojamento e alimentação	532	4,45
Transporte, armazenagem e comunicação	446	3,74
Intermediações financeiras, imobiliárias, aluguéis, serviços prestados a empresas	543	4,55
Administração pública, defesa e seguridade social	586	4,90
Educação	546	4,55
Saúde e serviços sociais	360	3,00
Outros serviços coletivos sociais e pessoais	468	3,90
Serviços domésticos	1.462	12,22
Atividades mal definidas	80	0,67
Total	11.961	100,00

Fonte: IPARDES com base no Censo Demográfico de 2000.

Em relação ao número e percentual da PEA do município de Goioerê, segundo a remuneração, na tabela 9 observa-se que 3920 indivíduos recebem um salário mínimo por mês referente suas atividades laborais correspondendo a 32,77% do total, este percentual cai para 28,72% equivalente a 3435 indivíduos que recebem dois salários mínimos. A população que recebe três salários mínimos equivale a 11,35%, o que corresponde a um total de 1.357 indivíduos. É importante ressaltar que o total da PEA do município é de 11.961 indivíduos.

**Tabela 9: Número e percentual da PEA do município de Goioerê, segundo a remuneração (em salários mínimos) recebida 2000.**

Renda (R\$) mensal	População	%
Sem renda	511	4,28
Um salário	3.920	32,77
Dois salários	3.435	28,72
Três salários	1.357	11,35
> três salários	2.738	22,88
Total	11.961	100,00

Fonte: Censo Demográfico/2000.

Ao se observar a tabela 10, que analisa o número e percentual da PEA de Goioerê de acordo com a renda recebida de trabalho ou não, no ano de 2000, verifica-se que há também discreta maioria (3.880 indivíduos) que recebe um salário

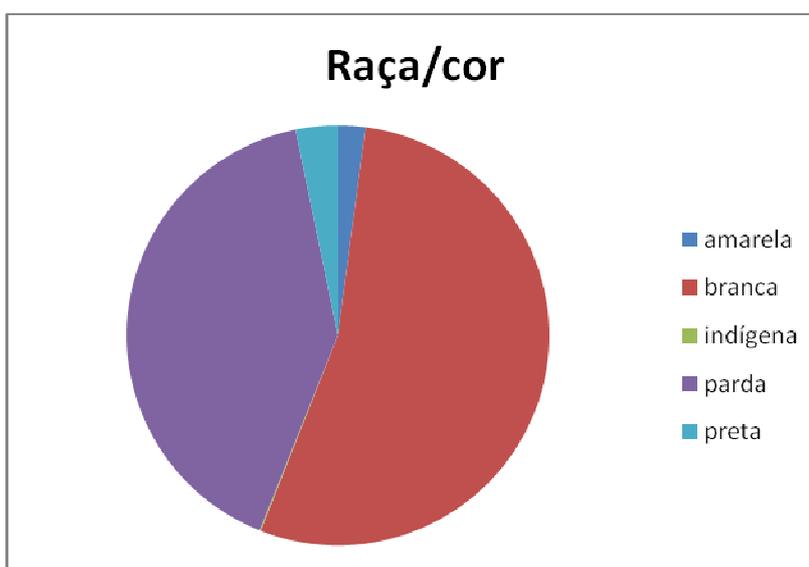
mínimo de renda, o que equivale à 27,38% do total. Enquanto que 17,19% da população não possuem renda o que equivalem a 2.435 indivíduos, 24,13% da população (3.418 pessoas) recebem dois salários mínimos de renda; apenas 9,73% num total de 1.379 indivíduos recebem renda de 3 salários e 21,57% (3.056 pessoas) recebem renda superior a 3 salários.

**Tabela 10: Número e percentual da PEA de Goioerê, segundo a renda recebida (trabalho ou não) 2000.**

Renda mensal (R\$)	População	%
Sem renda	2.435	17,19
Um salário	3.880	27,38
Dois salários	3.418	24,13
Três salários	1.379	9,73
> três salários	3.056	21,57
Total	14.168	100,00

Fonte: Censo Demográfico/2000.

Em relação à cor ou raça declarada pelo entrevistado, o gráfico 2 apresenta, que um grande número da população considera-se de raça branca e, seguida pela cor parda. Os brancos correspondem a 15.633 habitantes, que equivale à 53,87% do total. Enquanto que, 11.826 dos entrevistados se consideram pardos correspondendo 40,75%, 932 indivíduos se declararam de raça preta, ou seja 3,21% da população. Ainda de acordo com a cor ou raça declarada em ocasião da pesquisa 604 indivíduos de são de cor amarela o que equivale a 2,08%; e apenas 23 disseram ser indígenas representando apenas 0,09% da população.



**Gráfico 2: Percentual da População Goioerense de acordo com a Raça/cor.**

Fonte: Censo Demográfico/2010.

Em relação à educação, o município de Goioerê apresenta duas instituições de ensino superior, sendo uma estadual de extensão da UEM (Universidade Estadual de Maringá) e outra particular (Dom Bosco). Em 2006, havia 298 alunos matriculados e 46 concluintes na Instituição Estadual e na Particular 68 alunos matriculados, num total de 366 alunos matriculados em ensino superior no município. (MEC – INEP) – (IPARDES, 2009).

Os dados apresentados na tabela 11 indicam o número e percentual da população economicamente ativa, segundo os anos de estudo. De acordo com o Plano Nacional de Educação, através da Lei nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001, em seus objetivos e prioridades, um indivíduo tem garantia de ensino fundamental obrigatório de 8 anos até completar 7 a 14 anos, e tem seu ingresso assegurado e permanência na escola e a conclusão desse ensino. (PNE, 2001 *apud* PEIXOTO, 2004). Porém mais de 50% da população possui de 1 a 8 anos de estudo, 7,27% é composta por cidadãos analfabetos, ou seja, sem qualquer tipo de formação escolar, e que apenas 7.92% da população tem mais de 11 anos de estudo.

**Tabela 11: Número e percentual da PEA do município de Goioerê, segundo os anos de estudo 2000.**

Anos de Estudo	População	%
1 a 4	5.098	35.98
4 a 8	3.546	25.03
9 a 11	3.372	23.80
> 11	1.122	7.92
Sem instrução	1.030	7.27
Total	14.168	100.00

Fonte: Censo Demográfico/2000.

No entanto, a taxa de analfabetismo em Goioerê é bem expressiva, e quanto maior a faixa etária maior o número de pessoas que não sabem ler e escrever. Dentre a população que se encontra na faixa etária acima dos 40 anos, 48% não sabe ler e nem escrever, enquanto entre aqueles que estão em menor idade, essa taxa decresce chegando a 1,7% para os indivíduos entre 15 a 19 anos, conforme demonstrado na tabela 12.

**Tabela 12: Percentual de analfabetismo do município de Goioerê, segundo as faixas etárias 2000.**

Faixas Etárias	(%)
De 15 anos ou mais	13,8
De 15 a 19 anos	1,7
De 20 a 24 anos	3,1
De 25 a 29 anos	4,3
De 30 a 39 anos	7,8
De 40 a 49 anos	14,0
De 50 a mais	34,0

Fonte: Censo Demográfico/2000.

Verifica-se na tabela 13 que das 913 crianças que freqüentam creches em Goioerê, 647 destas crianças estão matriculadas nas creches públicas municipais e 266 em creches particulares; assim como 67,90% das crianças matriculadas na Pré escola pertence a rede pública.

A grande diferença aparece no ensino fundamental onde 4.149 alunos estão divididos entre escolas municipais e estaduais e apenas 502 alunos encontram em escolas particulares. Com relação aos adolescentes matriculados no ensino médio a maioria encontra-se em entidades públicas estaduais.

**Tabela 13: Número de Matrículas na educação básica em Goioerê 2000.**

Matrículas	Creche	Pré-escolar	Fundamental	Médio
Federal	-	-	-	-
Estadual	-	-	2.084	1.083
Municipal	647	326	2.065	-
Particular	266	154	502	118
Total	913	480	4.651	1.201

Fonte: Censo/2010.

Na tabela de número 14, em que se apresenta o número de professores e estabelecimentos de ensino na educação básica no município de Goioerê, têm-se 29 professores no ensino pré-escolar, sendo estes, 15 da rede municipal e 14 da rede particular. O número de docentes do ensino fundamental é de 239, sendo 114 na rede estadual e 82 na rede municipal e 43 em estabelecimentos particulares. No ensino médio estão empregados 114 professores, onde 91 deles estão na rede estadual e 23 na rede particular.

Em relação aos estabelecimentos de ensinos, Goioerê possui 16 estabelecimentos de pré-escola, 11 municipais e 5 particulares; no ensino fundamental existem 16 escolas, 5 estaduais, 8 municipais e 3 particulares e no

ensino médio, existem 6 escolas, onde 4 são estaduais e 2 particulares. Não foram encontrados dados sobre a educação especial, porém atualmente no município existem dois alunos matriculados na educação especial e que fazem parte da PEA.

**Tabela 14: Corpo Docente e Estabelecimentos de Ensino na Educação Básica 2000.**

Educação Básica	Pré-escolar	Fundamental	Médio
DOCENTES	29	239	114
Estadual	-	114	91
Municipal	15	82	-
Particular	14	43	23
ESTABELECIDORES DE ENSINO	16	16	6
Estadual	-	5	4
Municipal	11	8	-
Particular	5	3	2

Fonte: IBGE/2010.

A legislação impede o trabalho de crianças e adolescentes com idade inferior a 14 anos, e apresenta posições sociais diferenciadas para os trabalhadores com idade entre 14 e 17 anos, a população de trabalhadores composta por esta faixa etária merece pesquisas mais minuciosas, por isso justifica-se uma discussão sobre o assunto no capítulo a seguir.

#### 4 CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ – PARANÁ.

Sabe-se que a educação é essencial ao desenvolvimento humano, e em virtude disso várias propostas têm sido apresentadas no intuito de maximizar o investimento escolar e fomentar o crescimento sócio-econômico. Foram criadas políticas para combater o trabalho infantil, já que é de conhecimento dos estudiosos que o trabalho quando iniciado precocemente prejudica o bom desenvolvimento humano.

O objetivo primordial deste capítulo é verificar as características sócio-econômicas das crianças e adolescentes trabalhadores do município de Goioerê. A análise correspondente à tabela 15 indica que do total (14.168) da PEA existente no município de Goioerê, 10,07% corresponde a 1.427 crianças e adolescentes com idade entre 10 e 17 anos e 12.741 correspondendo a 89,93% e são indivíduos com idade superior a 18 anos.

**Tabela 15: Número e percentual da PEA de Goioerê – Separada por maiores e menores de idade 2000.**

	Idade			
	10 a 17		> 18	
	Número	%	Número	%
PEA	1.427	10,07	12.741	89,93

Fonte: Censo Demográfico/2000.

Ao analisar a tabela 16 que indica o número total da PEA de acordo com a idade e o fato de trabalhar ou não trabalhar, verifica-se que 60,71% das crianças e dos adolescentes que têm entre 10 a 17 trabalham o que corresponde a 866 indivíduos, e que 39,29% não estavam trabalhando na ocasião da pesquisa. Em relação aos indivíduos com idade superior a 18 anos pode-se verificar que 11.095 indivíduos, o que corresponde a 87,08% declararam-se trabalhadores enquanto que 1.646 pessoas (12,92%) não estavam trabalhando na ocasião da pesquisa.

**Tabela 16: Número e percentual da PEA de Goioerê, segundo a faixa etária e o fato de trabalhar ou não 2000.**

Trabalha	Idade			
	10 a 17		> 18	
	Número	%	Número	%
Sim	866	60,71	11.095	87,08
Não	560	39,29	1.646	12,92
Total	1.426	100,00	12.741	100,00

Fonte: Censo Demográfico/2000.

De acordo com a tabela 17 onde é apresentado o número e percentual de crianças e adolescentes trabalhadores no município de Goioerê segundo os anos de estudo, 22,32 adolescentes de 15 a 17 anos de idade, não possuem nenhuma instrução escolar e são trabalhadores, no entanto, diz a legislação brasileira que seria normal que, aos 14 anos, uma pessoa já tenha completado 7 anos de estudo.

A tabela apresenta também uma realidade totalmente diferente, mostrando que das crianças e adolescentes que estão na faixa entre 10 a 14 anos, 40,86% tem somente de 1 a 4 anos de estudo, enquanto que entre as que estão de 15 a 17 anos 11,77% sequer concluiu o ensino fundamental.

Porém aquelas que estão entre 10 a 14 anos e tem de 5 a 8 anos de estudo o percentual é de 59,14% indicando que estão regular ou pouco atrasadas. Já para os adolescentes acima de 15 anos este percentual diminui para 54,27%. E, apenas 30,72% dos adolescentes possui mais de 11 anos de escolaridade, significando que somente estes concluíram o ensino médio e continuam estudando.

**Tabela 17: Número e percentual das crianças e adolescentes trabalhadores do município de Goioerê, segundo os anos de estudo 2000.**

Anos de estudo	Idade			
	10 a 14		15 a 17	
	Número	%	Número	%
Sem instrução	-	-	22,32	3,24
1 a 4 anos	71,68	40,86	81,29	11,77
5 a 8 anos	103,74	59,14	374,89	54,27
9 a 11 anos	-	-	212,27	30,72
Total	175,42	100,00	690,77	100,00

Fonte: Censo Demográfico/2000.

Ao analisar a tabela 18 que mostra o percentual de crianças e adolescentes que trabalham em Goioerê de acordo com a idade, área e o fato de estudar ou não, observa-se que 100% dos indivíduos na faixa etária de 10 a 14 anos

que residem na zona urbana, não trabalham. Esta situação se inverte na zona rural, onde 98,20% nesta faixa etária trabalham; os indivíduos de 15 a 17 anos que residem na zona urbana 80,04% trabalham, porém para os residentes na zona rural apenas 42,37% são trabalhadores.

**Tabela 18: Percentual de crianças e adolescentes que trabalham no município de Goioerê de acordo com a idade, área e fato de estudar ou não 2000.**

Trabalha	Idade			
	10 a 14		15 a 17	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Sim	98,20%	-	42,38%	80,04%
Não	1,80%	100,00%	57,62%	19,96%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Censo Demográfico/2000.

Em relação à tabela 19, que se refere ao percentual de crianças e adolescentes que trabalham em Goioerê de acordo com a idade, área e gênero, mostrando que 70,10% que se declararam estar trabalhando são do gênero masculino e residem na zona rural.

Este percentual cai para 57,91% para os residentes na zona urbana. Em relação às crianças do gênero feminino e que declararam estar trabalhando, 29,90% residem na zona rural e 42,09% na zona urbana. Quando se analisa os adolescentes de 15 a 17 anos, observa-se que 64,54% que declararam estar trabalhando são do gênero masculino e residem na zona rural, este percentual cai para 59,13% para os residentes na zona urbana. No entanto as adolescentes, que declararam estar trabalhando, 35,45% moram na zona rural e este percentual se eleva para 40,86% para as adolescentes residentes na zona urbana.

**Tabela 19: Percentual de crianças e adolescentes que trabalham no município de Goioerê de acordo com a idade, área e gênero 2000.**

Trabalha	Idade			
	10 a 14		15 a 17	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Masculino	70,10%	57,91%	64,55%	59,14%
Feminino	29,90%	42,09%	35,45%	40,86%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Censo Demográfico/2000.

Seguindo as análises deste estudo, a tabela 20, apresenta o número e percentual das crianças e adolescentes trabalhadores, segundo a renda per capita

da família; observa-se que na faixa etária de 10 a 14 anos 36,88% pertencem as famílias que possuem um salário mínimo de renda; 9,79% pertencem as famílias com três salários mínimos; este percentual se repete para as famílias de adolescentes que estão entre 15 a 17 anos; 46,95% destes pertencem as famílias que possuem dois salários.

**Tabela 20: Número e percentual das crianças e adolescentes trabalhadores do município de Goioerê, segundo a renda per capita da família 2000.**

Renda Familiar (R\$) mensal	Idade			
	10 a 14		15 a 17	
	Número	%	Número	%
Um salário	64,70	36,88	218,90	31,69
Dois salários	93,54	53,33	324,31	46,95
Três salários	17,18	9,79	67,62	9,79
Mais três salários	-	-	79,92	11,57
Total	175,42	100,00	690,75	100,00

Fonte: Censo Demográfico/2000.

Devido ao grande número de crianças e adolescentes pertencerem a famílias carentes, e possuírem uma renda mensal baixa, não passando de um salário mínimo por mês, é o que leva as famílias a inserirem seus filhos menores ao mercado de trabalho para complementação da renda.

Ferreira (2005) afirma que quanto mais carente a família e desprovida de bens, mais se exige que todos os seus membros colaborem na renda familiar.

Além das conseqüências nocivas que o trabalho precoce pode trazer às crianças e aos adolescentes, existe o exercício da exploração da mão-de-obra, que, comparado a um adulto, o custo deste emprego é bem menor.

Vê-se, portanto, na tabela 21, que 49,26% das crianças e adolescentes trabalhadoras, com idade entre 10 e 14 anos, trabalhavam e não recebiam nenhuma remuneração, 50,09% dessas crianças e adolescentes recebiam um salário e 0,65% recebiam 2 salários mínimos. Da mesma forma, entre os adolescentes, na faixa etária, de 15 a 17 anos, 9,99% nada recebia pelo seu trabalho.

A maioria delas 75,74%, recebia um salário mínimo por mês, enquanto que, 12,98% recebiam 2 salários e 1,29% recebiam 3 salários. Pode-se, assim, concordar com alguns pesquisadores como Medeiros Neto (2000) que afirma no Brasil trabalharem aproximadamente 3,5 milhões de crianças entre 10 e 14 anos e a maioria (cerca de 2 milhões) não é remunerada e em quase 90% dos casos em que há algum tipo de pagamento o valor não alcança sequer o salário mínimo. Apenas

uma pequena parcela dos adolescentes ganha três salários mínimos ou mais mensalmente (2%).

**Tabela 21: Número e percentual das crianças e adolescentes trabalhadores do município de Goioerê, segundo a renda mensal 2000.**

Renda Mensal (em salários mínimos)	Idade			
	10 a 14		15 a 17	
	Número	%	Número	%
Sem renda	86,39	49,26	69,00	9,99
Um salário	87,88	50,09	523,18	75,74
Dois salários	1,15	0,65	89,66	12,98
Três salários	-	-	8,93	1,29
Total	175,42	100,00	690,77	100,00

Fonte: Censo Demográfico/2000.

Nos dados da tabela 22 que mostram o número e percentual de crianças e adolescentes trabalhadores, segundo a idade e a posição que ocupa no local de trabalho das crianças e adolescentes com idade entre 10 e 14 anos, 5,88% trabalham por conta própria e 5,83% são trabalhadores domésticos e sem carteira assinada; 39,06% são empregados sem carteira assinada; 4,70% são estagiários e por último, 44,53% são empregados sem remuneração alguma.

Entre os adolescentes com idade entre 15 a 17 anos, 2,48% são trabalhadores por conta própria, 1,12% trabalham em serviços domésticos com carteira assinada e 20,21% trabalham em serviços domésticos sem carteira assinada; 18,67% são trabalhadores empregados com carteira e 48,14% desses adolescentes são empregados sem carteira assinada; 1,41% são estagiários e 7,97% são trabalhadores sem remuneração.

De acordo com KASSOUF (2002), o baixo nível educacional, além da questão da idade, faz com que as crianças e adolescentes ingressem no mercado de trabalho informal, e recebam salários menores que os do mercado formal e em condições não adequadas para as crianças.

**Tabela 22: Número e percentual de crianças e adolescentes trabalhadores do município de Goioerê, segundo a idade e a posição que ocupa no local de trabalho 2000.**

Posição no local de trabalho	Idade			
	10 a 14		15 a 17	
	Número	%	Número	%
Conta própria	10,30	5,88	17,13	2,48
Doméstico com carteira	-	-	7,73	1,12
Doméstico sem carteira	10,22	5,83	139,60	20,21
Empregado com carteira	-	-	128,96	18,67
Empregado sem carteira	68,51	39,06	332,53	48,14
Estagiário	8,25	4,70	9,73	1,41
Não remunerado	78,13	44,53	55,05	7,97
Total	175,41	100,00	690,73	100,00

Fonte: Censo Demográfico/2000.

O nível de escolaridade dos pais é um dos principais fatores que influenciam tanto na renda familiar quanto na educação dos filhos conforme já detalhado nesta pesquisa. Nota-se, segundo os dados da tabela 23, que 83,54% das crianças e adolescentes de 10 a 14 anos e 61,75% dos adolescentes de 15 a 17 anos, pertencem, as famílias em que o chefe tem menos de quatro anos de estudo.

**Tabela 23: Número e percentual das crianças e adolescentes trabalhadores do município de Goioerê, segundo a escolaridade do chefe de família 2000.**

Anos de estudo Chefe de família	Idade			
	10 a 14		15 a 17	
	Número	%	Número	%
< 4	146,56	83,54	426,55	61,75
5 a 8	17,86	10,19	159,22	23,05
> 8	11,00	6,27	104,99	15,20
Total	175,42	100,00	690,76	100,00

Fonte: Censo Demográfico/2000.

Na tabela 24 é revelado o número e percentual de crianças e adolescentes trabalhadores, segundo a idade e a relação com o responsável pela família. Os dados mostram que a grande maioria das crianças e adolescentes de 10 a 14 anos e 15 a 17 anos são filhos dos responsáveis pela família, sendo 88,16% e 95,27% respectivamente.

**Tabela 24: Número e percentual de crianças e adolescentes trabalhadores do município de Goioerê, segundo a idade e a relação com o responsável pela família 2000.**

Relação com o responsável pela família	Idade			
	10 a 14		15 a 17	
	Número	%	Número	%
Filho	154,67	88,16	658,09	95,27
Neto	9,76	5,56	-	-
Irmão	11,00	6,28	5,31	0,77
Cônjuge	-	-	27,00	3,91
Outro	-	-	0,34	0,05
Total	175,43	100,00	690,74	100,00

Fonte: Censo Demográfico/2000.

De acordo com o Censo Demográfico de 2000, a tabela 25, que se refere ao número e percentual de crianças e adolescentes trabalhadores, segundo a idade e a cor ou raça, a maioria das crianças e adolescentes com idade entre 10 e 14 anos se declararam no momento da pesquisa ser de cor branca, sendo 84,03% representando um total de 147,41 indivíduos, os que se declararam negros representam 6,66% o que equivale a 11,68 indivíduos.

Ainda, em relação a cor ou raça os adolescentes de 15 a 17 anos 50,11% se declararam brancos enquanto 47,23% pardos. Entre os adolescentes (15 a 17 anos) que trabalhavam 1,86% se diziam negros. Os amarelos de 10 a 14 anos correspondiam a 5,21% e 0,8% entre adolescentes de 15 a 17 anos.

**Tabela 25: Número e percentual de crianças e adolescentes trabalhadores do município de Goioerê, segundo a idade e a cor 2000.**

Cor	Idade			
	10 a 14		15 a 17	
	Número	%	Número	%
Branca	147,41	84,03	346,10	50,11
Parda	7,17	4,09	326,09	47,23
Negra	11,68	6,66	12,69	1,86
Amarela	9,15	5,22	5,87	0,8
Total	175,41	100,00	690,75	100,00

Fonte: Censo Demográfico/2000.

Sabe-se que quanto mais carente e desprovida de bens é uma família a tendência é que se insiram os filhos no mercado de trabalho com o objetivo de

e elevar a renda. Nota-se diante destes dados apresentados a relevância da participação da renda obtida por estas crianças e adolescentes no orçamento familiar.

Reforçando mais uma vez o que dizem vários pesquisadores (Kassouf 2002, Souza 2007), o trabalho exercido por crianças só será extinto se juntamente às políticas de inclusão aplicarem-se políticas de renda e educação, atingindo a família como um todo e não somente a criança em si para que assim o exercício da cidadania seja respeitado e os indivíduos sejam valorizados como provedores do futuro através de uma vida digna.

## CONCLUSÕES

O estudo do mercado de trabalho tem sido cada vez mais relevante para o entendimento das características sócio-econômicas de um determinado local. Atualmente existem diversas políticas que visam demonstrar o quanto a mão-de-obra infantil é utilizada, assim como mostra as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores. Em virtude disso, muito se discute sobre a presença desses trabalhadores no mercado de trabalho do país. Também são observadas suas causas e conseqüências destes para com a sociedade como um todo.

Os dados obtidos através do censo demográfico de 2000 apontam que do total da PEA do município de Goioerê, 10,07% é composta por crianças e adolescentes de 10 a 17 anos o que corresponde a 1427 indivíduos.

O censo aponta ainda que é possível analisar como o trabalho infantil compromete o desenvolvimento escolar destas crianças e adolescentes de até 17 anos, pois verifica-se que quanto maior o grau de escolaridade do chefe da família, menor a quantidade de crianças e de adolescentes de 10 a 17 anos inseridas no mercado de trabalho.

Pesquisas apontam que no município de Goioerê possui 83,54% das crianças e adolescentes de 10 a 14 anos e 61,75% dos adolescentes que trabalham pertencem a famílias em que o chefe têm até 4 anos de estudo, isso constata-se que o grau de estudo da família influência na presença dessas crianças no mercado de trabalho.

Um número expressivo de 70,83% dos adolescentes entre 15 e 17 anos residentes em Goioerê, não possui carteira assinada, fazendo com que se aumente assim o trabalho informal no município. Sendo desse percentual, 48,14% empregados que não possuem carteira assinada, 20,21% trabalham em serviços domésticos sem carteira assinada e 2,47% trabalham por conta própria.

É importante observar que ao colocar uma criança ou adolescente no mercado de trabalho, a família visa reduzir as dificuldades financeiras, mas que posteriormente acaba levando a um importante comprometimento educacional e profissional desses indivíduos. Ao se tornarem adultos essas crianças ou adolescentes possivelmente também serão pouco escolarizados a exemplo de seus pais, e assim sucessivamente. O ciclo se completa e retorna ao início, onde então os

filhos também serão introduzidos precocemente no mercado de trabalho para complementar a renda familiar.

O trabalho infantil não se justifica e não pode ser considerado solução para coisa alguma. A solução para essa problemática seria prover as famílias de baixa renda de condições tais que possam assegurar as suas crianças um desenvolvimento saudável.

No município de Goioerê, a maioria dos adolescentes inseridos no mercado de trabalho são de famílias com renda per capita de um salário mínimo, e que o chefe da família possui escolaridade inferior à quatro anos de estudo.

Considerando a pesquisa exposta neste trabalho, infere-se que é de extrema relevância a organização de políticas públicas de renda e educação que contemplem a família de uma forma geral e não somente seus filhos.

## REFERÊNCIAS

- ACHTSCHIN, C.V. **Os Desafios da Erradicação do Trabalho Infantil**. Disponível em: <http://direito.newtonpaiva.br/revistadireito/docs/alunos/bkp/ALUNO0403.DOC>. Acesso em 7 abr. 2009.
- ARRUDA, J.J. **Época moderna e contemporânea**. São Paulo-SP: Ática, 1998. v.4. 312p.
- ARRUDA, J.J. **História moderna e contemporânea**. 10. ed. São Paulo-SP: Ática, 1986. 472p.
- BARROS, Ricardo P., MENDONÇA, Rosane, VELAZCO, Tatiana. **A pobreza é a principal causa do trabalho infantil no Brasil urbano?** Rio de Janeiro: Ipea, 1996.
- BÍBLIA SAGRADA. **I Samuel**. Capítulo 3, Versículos 1 a 8. Edição Pastoral, Editora Paulus, 1990.
- BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 4 ed. Tradução: Cláudia Martins e Mônica Rosemberg . São Paulo: Prentice Hall, 2007. 22p.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988, Brasília, 1988.
- BRASIL. Lei 8069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em 23 mar 2009.
- BRASIL. Organização Internacional do Trabalho. **O que é trabalho infantil?** Brasília. 2003. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 21 abr 2006.
- BRASIL. Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho Infantil**: Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 16 mai. 2009.
- CÁCERES, F.; PEDRO, A. **A revolução industrial: o mundo estava mudando**. 1. ed. São Paulo-SP: Moderna, 1979. 320 p.

CHAHAD, J. P. Z. **Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento - Manual de Economia**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 403-424.

DI GIOVANNI, Geraldo. (Coord.). **Aspectos qualitativos do trabalho infantil no Brasil**. Brasília: OIT, 2004. 63 p. (Legado em transformação).

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos – **O Trabalho de Crianças até quatorze anos**, Boletim Dieese, São Paulo, 1997.

FERREIRA, José Carlos. Trabalho infantil e a luta contra a miséria. **Revista do Direito Trabalhista** , v. 11, n. 8, p. 16-19, ago. 2005.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. Brasília: 2007. Disponível em: <http://www.unicef.org.br>. Acesso em: 12 de Outubro de 2009.

HILBIG, S. **Trabalho infantil no Brasil – dilemas e desafios**. Rio de Janeiro-RJ. 2004. Disponível em: <http://intranet.dirad.fiocruz.br/html/modules/wfsection/article.php?articleid=6>. Acesso em: 26 set. 2009.

IANNONE, R.A. **A revolução industrial**. 10 ed. São Paulo: Moderna. 1992. (Coleção polêmica) 71p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**, 2000. Informações preliminares. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.org.br>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD 1995**, Rio de Janeiro 1996. Disponível em: <http://www.ibge.org.br>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**, 2010. Informações preliminares. Disponível em: <http://www.ibge.org.br>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**: Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: jun. 2009.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno estatístico município de Goioerê**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Município=87360&btOk=ok>>. Acesso em 05 de ago.2009.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório sobre o desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília – IPEA. PNUD, 1990. . Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>

JUNIOR PAZ, A. C. **Retratos de uma História – Goioerê 50 anos**. Imprensa Oficial do Paraná. 2005. 178 p.

KASSOUF, A. L. **Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil**. Brasília: Ministério da justiça, 2002. 124 p.

KASSOUF, A. L. **O Brasil e o trabalho infantil no início do século 21**. Brasília: OIT, 2004. 118 p.

KASSOUF, A L. **O efeito do trabalho infantil para os rendimentos e a saúde dos adultos**. 14 p. Disponível em <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/sbe2000.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2007.

KASSOUF, A L. **Trabalho infantil: causas e conseqüências**. Disponível em <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/texto.pdf>. Acesso em 13 Out. 2009.

KASSOUF, A. L. **Trabalho infantil: escolaridade x emprego**. Economia. 2001

KASSOUF, A. L., FERRO, A.R., PONTILI, R.M. **Relatório de Pesquisa – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. Brasil OIT 2003.

KASSOUF, A.L. **O Trabalho Infantil em cinco estados brasileiros**. OIT 2004.  
Disponível em: [www.oit.org.br](http://www.oit.org.br)

LIMA, C. G. C. **O Impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes: aspectos da saúde física e mental, cultural e econômico**. TRABALHO PRECOCE, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO MENTAL. 2002.  
Disponível em <[http://www.mt.gov.br/trab\\_infantil/publ/541.pdf](http://www.mt.gov.br/trab_infantil/publ/541.pdf)>. Acesso em: 23 out.2009.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. **Trabalho infantil: necessidade, valor e exclusão social**. Brasília: Plano, 2006. 126 p.

MARK, K. **O capital: crítica da economia política**: Livro I, tradução de Reginaldo Sant' Anna. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 2v. 449-450p.

MEDEIROS NETO, X.T. de. **A crueldade do trabalho infantil**. Diário de Natal. Opinião, RN, 21 de outubro 2000. Disponível em <<http://www.mpt.gov.br/noticias/noticias17.html>>. Acesso em 5 fev. 2009.

OIT BRASIL. **Organização internacional do trabalho**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em 13 de mai. 2009.

OIT BRASIL. **Boas práticas de combate ao trabalho infantil**. Brasília: OIT, 2003.  
PEIXOTO, F.H. **Direito Educacional**. Curitiba: IESDE, 2004.

OIT. **Organização internacional do trabalho**. Fórum Nacional pela Prevenção e Erradicação do Trabalho Infante Juvenil, 2001. Disponível em: <<http://www.oit.org.br>>. Acesso em 13 de mai. 2009.

OIT. **Organização internacional do trabalho**. CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular – Criança que Trabalha compromete seu futuro – Brasília OIT. Rio de Janeiro CECIP, 1995 – Fascículo 1, A luta contra o trabalho Infantil.

OIT BRASIL. **Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/ipec/historico.php>>. Acesso em: 2 jun. 2009.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenções n.138 e n. 182 da OIT. Brasília**, Disponível em: <<http://www.oit.org.br>>.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração dos Direitos da Criança**. Nova Iorque 1959. Disponível em: [www.unicef.org/brazil/decl\\_dir](http://www.unicef.org/brazil/decl_dir.htm). htm

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano Brasil 2005**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>. Acesso em 18 Set. 2009.

PILETTI, N.; PILETT, C. **História e vida: Da vida moderna à atualidade**. 12 ed. São Paulo: Ática, 1997. 224 p.

REZENDE, D. C. **Roda dos Expostos**. Um caminho para a infância roubada. Disponível em: <<http://gabi.ufsj.edu.br/Pagina/tempo gerais/n1/artigos/roda.pdf>>. Acesso em: Ago. 2009.

RISSATO, F.; SABAGE, I. M.. **A exploração do trabalho infantil da Revolução Industrial**. 2000. (Trabalho de Graduação). Disponível em: <<http://milenio.com.br/ingo/ideias/hist/explorac.htm>>. Acesso em 30 mar. 2009.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 18<sup>o</sup> Ed. São Paulo: Atlas. 2000. 271p.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, E. L. **Trabalho infantil e sua influência sobre a renda e a escolaridade da população trabalhadora do Paraná**. Campo Mourão, 2007. Monografia (Graduação) – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM).

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Declaração Mundial sobre Educação para todos e Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Brasília, 1990.

[http://www.goioere.pr.gov.br/site/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=1&Itemid=50&limitstart=84](http://www.goioere.pr.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=1&Itemid=50&limitstart=84) – acesso em 15/02/2011

[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao) - Indicadores Sociais – IBGE 1999

**[Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios - PNAD 1999 -  
www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/.../default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/.../default.shtm)**